

# RITUAIS MIDIÁTICOS DE UM *IMPEACHMENT*: os mecanismos de agendamento discursivo na *Folha de S. Paulo* (Brasil) e no *Diário de Notícias* (Portugal)

RITUALS OF IMPEACHMENT: the mechanisms of discursive procedure in *Folha de S. Paulo* (Brazil) and in *Diário de Notícias* (Portugal)

Adriano Lopes GOMES<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

Carla BAPTISTA<sup>2</sup>

Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Cid Augusto da Escossia ROSADO<sup>3</sup>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | Brasil

## Resumo

Este artigo analisa os dias que antecederam e sucederam ao episódio do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como um evento discursivo, sujeito às condições de produção de sentidos, objetivando identificar as vozes emergentes sob as diretrizes simbólicas que campearam os textos em dois periódicos distintos, sendo um nacional, a *Folha de S. Paulo*, e outro internacional, o *Diário de Notícias* para fins de comparação. Adota conceitos da *agenda-setting* e da análise do discurso em seu arcabouço teórico e em seus procedimentos metodológicos para mapear os dados. As reflexões apontam para a representação de derrota antecipada de uma presidente, assinalada por um desgaste agendado pela mídia e as questões que envolvem ideologia e poder.

## Palavras-chave

Cobertura jornalística; *Impeachment*; Agendamento; Discurso jornalístico; Brasil.

## Abstract

This article analyzes the days right before and after the impeachment procedure of Brazilian President, Dilma Rousseff' (2016) as a discursive event, subjected to the conditions of sense production, pursuing to identify and to compare the emergent voices and the symbolic directives in two different daily journals. A Nacional one, *Folha de S. Paulo* and Internacional, *Diário de Notícias*. The found information will be mapped and interpreted using the *agenda-setting* concepts as well as Discourse Analysis to a theoretical framework methodological procedures. The results of this research, points out to an anticipation of the downfall of the president, scheduled by the media, and issues that involve ideology and power.

## Keywords

News Coverage; *Impeachment*; *Agenda-setting*; Journalistic discourse; Brazil.

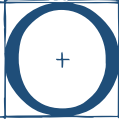
RECEBIDO EM 29 DE AGOSTO DE 2018  
ACEITO EM 18 DE OUTUBRO DE 2018

<sup>1</sup> JORNALISTA. Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: adrianoufrn@gmail.com.

<sup>2</sup> JORNALISTA. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Estudos Africanos pelo ISCTE. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Investigadora do ICNOVA. Contato: carlamariabaptista@gmail.com.

<sup>3</sup> JORNALISTA. Doutorando e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: cidaugusto@gmail.com.

## Introdução

 *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi um dos temas políticos da história recente brasileira mais agendados pela imprensa e acompanhados pela mídia internacional. Durante os oito meses em que o processo pautou os periódicos e as emissoras de rádio e televisão, enquanto opiniões diversas dividiam os espectros de análises nas redes sociais e portais noticiosos da *internet*, a mídia seguia os passos dos trâmites entre o Congresso Nacional e o Senado Federal para o desenrolar dos fatos que se consolidaram em agosto de 2016. Ao elaborar uma reflexão como esta, vem-nos à mente de imediato: vamos analisar questões do *impeachment* ou do golpe de Estado? Como se sabe, o *impeachment* é a destituição de um executivo acusado e julgado por crimes de responsabilidade, pelos quais são confiscados os seus direitos políticos. Já o golpe, propriamente dito, seria a negação de tais fatos, havendo, portanto, um ato ilegal de afastamento do acusado, comprometendo, assim, o exercício da democracia. Acreditamos que, pela obscuridade do processo na ritualidade jurídica divergente até o presente, será conveniente neste artigo adotarmos os dois termos: *impeachment* e golpe.

É uma evidência dizer-se que Portugal e Brasil partilham uma história e uma língua comuns e que esse aspecto influencia o valor noticioso dos temas relacionados com o Brasil. É mais discutível concluir se tem reflexos numa cobertura jornalística sistemática e coerente. A pesquisa acadêmica sobre o tema ainda é escassa e muito parcial, sendo a maioria das teses realizadas em torno das representações jornalísticas de determinados grupos sociais brasileiros (mulheres, imigrantes etc.). O acompanhamento da situação política e social está sujeita aos mesmos constrangimentos dos restantes países, e sofreu com a diminuição de recursos colocados a serviço do noticiário internacional. Tende a sintonizar-se com a atualidade e não tem uma presença constante, apesar das imensas permeabilidades que existem entre as duas sociedades, traduzidas nas partilhas culturais (a música, as telenovelas, o carnaval) e desportivas (sobretudo o futebol). As notícias sobre acontecimentos políticos e sociais também são relevantes e a sua visibilidade tem variado em função dos ciclos econômicos.

Num período histórico mais recuado, até 1964, o Brasil foi país de acolhimento para muitos opositores portugueses que aí se exilaram, fugindo da ditadura de Salazar. A partir dessa data, ano inicial da ditadura militar brasileira, que durou 21 anos, e após a queda do regime de

Marcelo Caetano em abril de 1974, foi Portugal que recebeu muitos brasileiros perseguidos pelo regime militar que vigorou até 1985.

A mesma descoincidência tem caracterizado a evolução econômica dos dois países e, em consequência, seus fluxos migratórios. Segundo o último relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Portugal (SEF), em 2016 o número de brasileiros residentes em Portugal foi de 81.251, sendo de longe a maior comunidade imigrante (Cabo Verde é a segunda nacionalidade mais representada e conta apenas com 36.578 residentes). Da mesma forma, os portugueses também são a maior comunidade imigrante no Brasil. O fluxo migratório foi crescente entre 1997 e 2008, ano em que a crise financeira mundial e a crise da dívida europeia levaram Portugal a uma forte recessão, enquanto o Brasil parecia dar sinais de *decoupling*<sup>4</sup>, tornando-se a sétima maior economia do mundo (segundo o relatório de 2017 do FMI, caiu para a 8ª posição). A partir de 2016 a economia portuguesa entrou em expansão (moderada), o Brasil sofreu os impactos de uma gigantesca crise política e da maior contração econômica desde 1947 e é possível que os fluxos migratórios voltem a ser positivos para Portugal. A terceira onda de imigrantes brasileiros que procuram este país é mais diversificada e inclui perfis ditos qualificados, por possuírem um nível elevado de letramento e formação profissional. Não é o nosso foco analisar estes aspectos, porém eles são contextualmente relevantes para compreender a cobertura jornalística do *impeachment* que retirou Dilma Rousseff da presidência.

## **Discurso, ideologia e poder**

A imprensa livre é imprescindível à manutenção da democracia. No Brasil, além de assegurar a liberdade de expressão como direito fundamental, a Constituição Federal (CF) abre capítulo específico para garantir a plenitude da informação jornalística, salvaguardando-a de “[...] toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”. Tal proteção não tem origem na visão romântica de uma atividade “neutra”, “imparcial”, divorciada de interesses. Ao contrário, reconhece-a como um campo crivado por ideologias e com potencial para interferir na realidade, especialmente quando o País enfrenta momentos de instabilidade, a exemplo dos episódios que levaram à cassação da presidente Dilma Rousseff.

---

<sup>4</sup> O sentido refere-se à retomada do crescimento do Brasil, ou seja, dissociava-se ou afastava-se da recessão.

Textos sobre o embate entre as forças que se digladiavam nos intramuros da República chegavam à população por dois vieses básicos: “golpe” ou “impeachment”, a depender da posição do veículo ou do jornalista, bem como da distância dos fatos, o que, sem dúvida, repercutiu na forma do público enxergar o processo e as personagens envolvidas.

A notícia, nessa perspectiva, é a resignificação da realidade em discursos forjados a partir de complexos fluxos de poder e encadeamentos ideológicos que congregam valores empresariais, valores do redator e valores inerentes ao campo profissional. Daí, tão importante quanto defender a liberdade de imprensa é investigar o contexto da produção midiática e sua repercussão social.

Não à toa, ao defender o valor da imprensa livre para a democracia, Traquina (2001, p. 187) pergunta: “Quem vigia o Quarto Poder?” Os atores da mídia devem encarar suas “responsabilidades sociais”, diz ele, “[...] participantes activos da construção da realidade”, bem como os “[...] precisam envolver-se [...] e não esconder-se por trás de uma crítica generalizada.” (TRAQUINA, 2001, p. 189).

Vigilância não se confunde com censura. Refere-se à observação crítica do papel dos veículos de comunicação diante da realidade, como se pretende ao investigar a carga simbólica, as influências ideológicas, políticas e econômicas que se escondem nas entrelinhas, além das palavras ditas ou escritas sobre o “golpe” ou o *impeachment*. Para tanto, vê-se como de grande utilidade o diálogo entre os estudos da linguagem e a comunicação, com o objetivo de se observar a ideologia e o poder no discurso da mídia no tocante ao episódio, tendo em conta aspectos históricos e sociais.

No campo da linguagem apoiamo-nos na análise do discurso a partir das observações de Orlandi, nas concepções bakhtinianas de ideologia e no conceito de poder esboçado em Foucault. Da área da Comunicação, na teoria da *agenda-setting* somada às proposições de poder de Thompson e à visão de Traquina sobre a postura ideológica da mídia. Os esforços da análise do discurso tentam responder, conforme Orlandi (2001, p. 20-21), não apenas “o que o texto quer dizer”, preocupação dos analistas de conteúdo, mas, e principalmente, “como” esse texto funciona, além de “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2003, p. 15).

O jornal impresso é um meio especial para isso, por congrega a história e a palavra, esta compreendida como “fenômeno ideológico por

excelência” e, portanto, “o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2004, p. 36); e aquela vista na condição de registro de posturas e de momentos discursivos, “como trama de sentidos, pelos modos como eles são produzidos” (ORLANDI, 1996, p. 77).

Ideologia, em linhas gerais, é o conjunto heterogêneo e instável de crenças adquirido pelo indivíduo por meio de trocas simbólicas perceptíveis ou não, ocorridas em interação com as várias dimensões do outro, que lhe permite enxergar, explicar, refletir ou rejeitar a realidade. Bobbio (*et al*, 1986, p. 585) divide-a em dois sentidos: o fraco, cujo domínio é o da ordem pública, com o escopo de orientar condutas políticas coletivas; e o forte, com berço no marxismo, visto como “falsa consciência das relações de domínio entre as classes”.

A ideologia encontra em Marx o sentido negativo da dominação a partir da falsa percepção da realidade de classe. Segundo ele, as ideias majoritárias serão sempre as dos grupos que detêm o poder sobre o capital, pois o controlador da produção econômica controlará a produção intelectual (MARX; ENGELS, 1965).

O “falso” ideológico é dicotômico. Por um lado, indica “[...] o estágio no qual as condições reais de poder contribuem para forjar (e para deformar) a representação-aceitação do poder e dos valores.” (BOBBIO *et al*, 1986, p. 596). Por outro, estende-se à “falsa motivação”, que consiste na interpretação e justificação “dos comportamentos de comando e os comportamentos de obediência” (BOBBIO *et al*, 1986, p. 595).

Autor marxista, Bakhtin mantém a visão de “falsa consciência” ligada à ideologia oficial, mas desenvolve a concepção de “ideologia do cotidiano”. Enquanto a ideologia oficial, no dizer de Miotello (*apud* BRAIT, 2005, p. 169), tenta “[...] implantar uma concepção única de produção de mundo [...]”, a do cotidiano “[...] brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida.”.

Não existe, nessa perspectiva, ideologia pronta a ser implantada na cabeça das pessoas pelas elites dominantes dos meios de produção econômica e simbólica, pois ela se constrói no cotidiano, nas trocas dialógicas, nos signos em movimento na base social.

A consciência individual, diz Bakhtin (2004, p. 34), é um fato socioideológico e, assim sendo, “[...] adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.”.

O jornal impresso é um produto ideológico coletivo, promove o cruzamento constante entre ideologia oficial e ideologia do cotidiano e está sempre integrado a múltiplas realidades sociais. Além disso, conforme Traquina (2005, p. 126), os jornalistas têm um “ethos próprio” que determina como eles se sentem envolvidos pela ideologia e pelo poder na caracterização do seu ofício.

Mesmo abrindo espaço para a manifestação de atores sociais, o jornalista atua sobre essas vozes, selecionando trechos e posicionando-os conforme critérios subjetivos e arbitrários, frutos da formação cultural e da ideologia profissional. Tais aspectos não podem ser ignorados no noticiário sobre o golpe de 2016, como também não se pode deixar de analisar os fluxos e refluxos da ideologia e do poder no processo que Thompson (2004, p. 12) classifica de “organização social do poder simbólico”. Há de se observar as forças emanadas de vários segmentos, entre as quais as dos proprietários das empresas de informação, dos profissionais do setor, com suas variadas formações humanísticas, das fontes de informação, dos anunciantes, com suas expectativas mercadológicas, e do próprio Estado.

Para Foucault (1999) também não podem ser negligenciados as regras do direito, entendidas como regimento geral das sociedades e dos poderes, e o discurso da verdade, pois “[...] somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade.” (FOUCAULT, 1999, p. 28-29). As verdades, nessa perspectiva, são padrões estabelecidos como tais pelos ditames gerais do direito, pela força das tradições e pelas normas particulares de cada segmento, entrelaçados numa trama de poder.

Examine-se o jornalismo, no qual circulam as verdades da lei, da cultura, da gramática, dos manuais de redação, dos códigos de ética, dos postulados da ciência, da vontade das pessoas perseguida nas pesquisas de opinião pública, transformando-o num centro de poder crivado por poderes que interage com outros centros de poder, perpassando-os e sendo por eles atravessado.

A mídia detém ainda o poder do “agendamento”, termo cunhado por McCombs e Shaw, em 1972, para designar a suposta influência exercida pela informação mediada na vida das pessoas, fenômeno que já havia sido sugerido por teóricos que os antecederam, mas ainda sem denominação.

O estudo evoluiu e se chegou tanto à certeza de que a mídia afeta a sociedade quanto à de que sociedade afeta a mídia, pautando assuntos e enfoques. O agendamento é uma avenida de mão dupla, sinalizada por

paradigmas culturais, religiosos, pelo conhecimento de mundo, pela abrangência e credibilidade do veículo e por outros fatores.

O processo inclui a seleção, o enquadramento e a incidência das notícias, sempre com motivações externas ao fato, sejam elas de caráter econômico, de ordem ideológica consciente ou inconsciente, do grau de proximidade com o objeto da notícia, do relacionamento do repórter consigo e com o mundo, das imbricações do poder.

A construção da notícia realiza-se, portanto, em teias de ideologia e poder com a possibilidade, como diz Walter Lipmann (*apud* TRAQUINA 2005), de ligar os acontecimentos à formação da representação destes na mente das pessoas por meio do enquadramento do que se projeta para o debate público.

É com este olhar que iremos nos debruçar na análise do discurso midiático dos dois jornais que ancoram nosso *corpus*, quais sejam a *Folha de S. Paulo* (Brasil) e o *Diário de Notícias* (Portugal), sob a égide da construção de uma agenda delimitada circunstancialmente em cinco edições: 29, 30 e 31 de agosto, e 1 e 2 de setembro de 2016, em cujo enquadramento está a fase histórica mais delicada do *impeachment* de Dilma Rousseff.

### ***Folha de S. Paulo*: fluxos de uma agenda midiática**

A *Folha de S. Paulo* (FSP) decorreu da fusão de três grandes outros periódicos pertencentes a um mesmo grupo liderado pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho: *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*. Surgiu em 1º de janeiro de 1960 como um dos principais jornais brasileiros de maior circulação no país e assumiu o protagonismo editorial em vários episódios históricos do Brasil, esboçando um nítido posicionamento ideológico em suas páginas. Nesse sentido, merece destaque o golpe militar de 1964, que daria início a um período conturbado na história do Brasil por vinte e um anos (1964-1985). Enxergar esse viés ideológico precedente será útil para viabilizar as análises dos dados mais adiante.

Para fins de uma apreciação longitudinal, iremos nos deter nos rituais do *impeachment* em seus últimos momentos centrais que consolidaram o fato, seccionando o *corpus* em cinco edições: dois dias antes do episódio, o dia propriamente dito e os dois dias que o sucederam. Acreditamos que, assim, teremos condições de observar como os periódicos em relevo neste trabalho comportaram-se em seus processos de formação discursiva

objetivando agendar um tema que traz em sua intimidade a natureza política, partidária e ideológica. A questão do *impeachment* ganhou diversas formas de juízo nas seções que assinalam a FSP, desde as reportagens em várias editoriais até artigos que refletem nitidamente o posicionamento da empresa. Para não nos alongarmos nas análises iremos salientar apenas a editoria de “poder”, em cujas páginas concentram maior número de matérias políticas.

A edição do dia 29 de agosto de 2016 expõe na capa a participação de Dilma Rousseff em sessão no Senado, ocasião em que ela iria apresentar a defesa das acusações de crime de responsabilidade fiscal. A manchete assim expressa: “Antes de ir ao Senado, Dilma se diz ‘segura’ e ‘aliviada’”, ao lado de uma foto central em que aparece segurando a mão do ex-presidente Lula. Na capa o que nos chama a atenção é o fato de a FSP já assumir as “irregularidades do governo” como ato consumado, antes mesmo da votação do Congresso Nacional<sup>5</sup>. Na página A5 a FSP analisa com inegável parcialidade os preparativos de Dilma para a sessão no Senado. Primeiramente, a foto que ilustra a matéria é da ex-presidente pedalando uma bicicleta, fazendo menção à sua principal acusação – as chamadas “pedaladas fiscais” –, em atividade física descontraída, como se o clima fosse de “alívio” para ela, conforme assinala o texto, não obstante a tensão de que possivelmente era vítima em face de um julgamento considerado duvidoso. Depois, vai esboçar um comportamento personalista com expressões denunciatórias como: “A obsessão por afastar o contraditório teve reflexo direto na perda de condições para governar ao longo do seu segundo mandato, dizem os seus auxiliares”<sup>6</sup>.

Mais adiante, aquela mesma matéria vai ressaltar que Dilma passou a se afastar de pessoas que discordavam dela e cercar-se apenas daqueles que diziam “sim” para as suas ordens, e que tinham “[...] medo dos seus ataques de fúria quando confrontada e que não puderam evitar que esse comportamento fizesse ruir também o seu relacionamento com o Congresso.”. Em seguida, evidencia tons de ironia até encerrar o texto com a seguinte declaração de Dilma, fora de um contexto que permitisse melhor juízo: “Eu nunca mais vou fazer isso”<sup>7</sup>. Com base nesse conteúdo, é de se apreender que o periódico expõe uma presidente cúmplice com Lula (a foto a denuncia), àquela altura às voltas com acusações de corrupção. O fato, aqui, é o *impeachment*. O tema agendado é a culpabilidade de Dilma

<sup>5</sup> No título, a FSP diz: “Após **irregularidades do governo**, Senado decide futuro de Dilma” (Grifos nossos. Edição 31.925, de 29/08/2016).

<sup>6</sup> Página A5 (Edição 31.925, de 29/08/2016), 5º parágrafo.

<sup>7</sup> Página A5 (Edição 31.925, de 29/08/2016), último parágrafo.



inserindo-a em um cenário simbólico fragmentado de distorções e personalismo.

Conforme Wolf (2003, p. 150), uma informação fragmentada fornece uma representação da política

[...] como uma arena em que se sucedem continuamente falsas mudanças imprevistas, em que os temas desviam-se mutuamente da atenção das pessoas sem que se possa entender direito qual será a sua conclusão.

Esse é um dos efeitos a longo prazo promovidos pela mídia, ou seja, quando os meios de comunicação começam a dar um realce fragmentado da notícia, a rigor constrói uma sensação de verdade, possibilitando um novo olhar intencional da realidade refratária. Como a palavra é o signo ideológico por excelência, no dizer de Bakhtin (2004), nesse dispositivo midiático há implicações de ideologia e poder imbricados na tematização da notícia.

Na edição do dia 30 de agosto de 2016 o que merece destaque é o discurso de Dilma Rousseff proferido no dia anterior no plenário do Senado Federal, no qual procura se defender das acusações. Ocupando duas páginas, algumas passagens do discurso são assinaladas com destaque em amarelo e, ao lado, comentadas em box pela FSP. Com o intuito de esclarecer o leitor, o posicionamento do periódico salta aos olhos ao interpretar a fala da então presidente afastada com palavras que evidenciam certa tendência editorial. Parece submeter a elocução de Dilma Rousseff a uma arena de lutas, em cujo confronto há uma notória polarização discursiva na qual, por questões do espaço aurático e inatingível exercido pelo periódico, termina por ser a palavra final. Para citar alguns trechos: com a sua sistemática tentativa de se defender das acusações, evocando o TCU para legitimar os procedimentos, Dilma anuncia que “[...] nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos [...]”, o que é rebatido pela FSP com o seguinte comentário: “Não há precedentes de mudanças da meta fiscal tão drásticas e abruptas como as promovidas por Dilma em 2014 e 2015”. Quando a presidente se refere à edição de decretos de crédito suplementar, afirmando que “seguiu todas as regras legais”, a FSP comenta que tais decretos foram editados quando o governo “[...] deveria estar cortando despesas [...]” numa espécie de embate semântico.

Esse julgamento incide sobre questões de prioridade estabelecidas pelo governo de Dilma Rousseff para honrar compromissos com programas sociais. No trecho em que fala sobre os contratos de prestação de serviços entre a União e as instituições financeiras públicas o jornal assume que se tratou, sim, de crime de responsabilidade fiscal, as chamadas “pedaladas fiscais”. Nas duas análises que faz sobre o discurso de Dilma a FSP a coloca na condição de alguém que não reconhece os próprios erros, “[...] bem ao estilo de Dilma de reconhecer falhas publicamente [...]”<sup>8</sup>. Ainda faz uma comparação com a carta-testamento escrita pelo presidente Getúlio Vargas antes de se suicidar. Neste interim, a rigor, trata-se de dois momentos de despedida: do presidente Getúlio, que se suicidou, e da presidente Dilma, que recebia o *impeachment*. Admitimos como inoportuna e despropositada a comparação tétrica com a carta-testamento, uma vez que em nenhum momento Dilma declarou estar se despedindo da política ou de cometer atos extremos contra a própria vida, não obstante reconhecer que o *impeachment* representava a morte da democracia. Ao contrário, ela mesma se coloca como injustiçada pelo arbítrio, enfatiza que não se esperasse dela o “obsequioso silêncio dos covardes” e que iria sempre resistir em nome do estado democrático.

Ao comparar, a FSP, inclusive, faz um detalhamento de ordem linguística, dando ênfase semântica ao número de palavras-chave proferidas entre Getúlio e Dilma, concluindo que se esperava “[...] um texto mais emotivo [...]” e que este “[...] passou longe da carta-testamento escrita pelo presidente Getúlio Vargas, em 1954, antes de se suicidar”. Como signo a palavra não é despreziosa por si mesma. Ela diz, expressa, revela, evoca sentidos para além da materialidade textual. Quando alguém fala, fala do seu lugar para outro que lhe atribui um significado, conforme seu repertório semântico, estabelecendo uma “ponte”, no dizer de Bakhtin (2004):

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém [...]. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...]. A palavra é território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2004, p. 113).

Quais as intenções discursivas daquele enunciado? Seguramente, a palavra “morte” pressupõe aniquilamento e fim de um ciclo que não se retomará mais em momento algum.

<sup>8</sup> Análise “Previsível, fala de Dilma não muda impeachment”, p. A11.

O dia 31 de agosto é marcado pela votação do *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado Federal. A FSP destaca em sua manchete de capa que “Senado tem maioria para afastar Dilma; Temer já prepara a posse”. Ainda que fundamentada em enquete de possíveis votos contrários e a favor de Dilma, a manchete anuncia-se antecipatória na decisão com base em especulações do afastamento que, finalmente, consolidou-se com 61 votos contra 20, diferente do prognóstico apresentado pela enquete da FSP que apontava 54 votos favoráveis. A matéria é detalhada na página A4, singularizando os passos seguintes do *impeachment*, com principal ênfase às possíveis medidas de Michel Temer.

As edições que se seguiram ao *impeachment* imprimiram um tom mais ameno às análises do episódio. Em 1º de setembro de 2016 o periódico dá destaque a Michel Temer, assinando o termo de posse como presidente efetivo do Brasil, e às subsequentes medidas do novo governo, nas páginas internas. Nessa edição o que é mais visível, porém, é a propaganda da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que ocupa uma página inteira, cujo teor eleva como vitoriosa a fase de transição de governo, afirmando que a entidade acompanhou e apoiou todo o processo de *impeachment* e dizendo que “[...] a confiança está sendo retomada [...]”. Faz um desfecho considerando que “Nos últimos anos, o Brasil andava como um trem descarrilhado [...] sendo necessário retornar aos trilhos. A propaganda é assinada pelo presidente da FIESP, Paulo Skaf<sup>9</sup>. Quando o jornal publica uma propaganda com esse teor seguramente suscita um efeito de propriedade discursiva, adotando como o seu o pensamento expresso naquele texto. Os sentidos que perpassam por essa peça representam, certamente, a construção simbólica de um enunciado que faz do elemento discursivo o rigor de um apelo essencial às imagens em torno das quais o próprio jornal sente-se “à vontade” de tomá-las como suas, aportando-as de outro sujeito para fazer valer os princípios da “objetividade” jornalística. Essa, também, é uma das formas de controlar o discurso, como diz Foucault (2004, p. 8-9):

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível variedade.

---

<sup>9</sup> Paulo Skaf é empresário e político, candidato ao governo de São Paulo em 2018 pelo MDB, mesmo partido político do presidente Michel Temer.

A edição ainda evidencia as repercussões sociais e protestos do *impeachment*, faz uma análise da “era PT” e enfatiza a oposição “enérgica” que Dilma Rousseff irá promover ao novo governo Temer.

Na edição do dia 2 de setembro de 2016 o assunto *impeachment* começa a rarear e as páginas da FSP passam a dar maior relevância aos destinos do governo Temer. Nesse contexto, caberia apenas citar a matéria relacionada à crítica feita pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o afastamento de Dilma sem perda dos direitos políticos por oito anos, como queriam alguns. As demais matérias sobre a temática em questão perdem força, razão pela qual encerramos o período de análise.

### ***Diário de Notícias: um jornal em luta pela sobrevivência***

O *Diário de Notícias* (DN) aparece com frequência citado como o jornal mais antigo existente em Portugal, embora esse título pertença ao *Açoriano Oriental*, um diário sediado na ilha de São Miguel, cuja data de fundação (1835) precede em 29 anos a do *Diário de Notícias* (1864). De qualquer modo, com os seus 154 anos de existência, é o diário generalista um veterano, considerando que o *Açoriano Oriental* tem uma circulação limitada ao arquipélago dos Açores.

Uma tão longa vida implica múltiplas crises e o *Diário de Notícias* vive atualmente um cenário de transição, com um final em aberto. É o ativo mais importante de um negócio concretizado em novembro de 2017, com a entrada de 15 milhões de capital investidos pelo grupo macaense KNJ, que passou a deter 30% da Global Media Group, grupo proprietário e ainda acionista principal do DN, bem como do *Jornal de Notícias*, várias revistas, jornais desportivos, a rádio *TSF* e o já referido *Açoriano Oriental*.

A aquisição representou um balão de oxigênio que permitiu ao *Diário de Notícias* ensaiar um movimento radical para aumentar sua sustentabilidade financeira. Com as vendas a baterem mínimos históricos, atingindo 7.408 exemplares diários, foi o título português menos vendido em 2016 e o que mais perdas sofreu na sua tiragem diária (menos 19,7% do que em 2016), segundo dados da Associação Portuguesa para o Controle de Tiragem e Circulação (APCT). Embora dramáticos e mais acentuados do que nos restantes jornais, estes números estão alinhados com a dinâmica negativa instalada desde 2008 na imprensa escrita portuguesa, sobretudo a de referência. Monetizar os conteúdos, sustentar a sangria de leitores e aumentar as receitas publicitárias tornou-se uma missão impossível para as publicações informativas, e a crise parece ser estrutural.

A entrada do capital chinês, proveniente de um grupo que até aqui não tinha interesses na mídia (com o centro dos negócios concentrado no setor do jogo e do imobiliário), implicou, de imediato, uma mudança de rumo: em julho de 2018 o DN passou a ter uma edição diária exclusivamente digital, mantendo no fim de semana (domingo) uma edição impressa que aposta em conteúdos de qualidade, constituídos por artigos mais longos, reportagens e investigação jornalística.

Os novos administradores mudaram a equipe diretiva, embora tenham optado por uma solução interna: dois quadros da casa ascenderam à direção (Ferreira Fernandes e Catarina Carvalho), ambos jornalistas experientes. Anunciaram que a migração para o digital visava reconverter o jornal, apostando na produção de conteúdos multimídia globais. A nova estratégia pretende potencializar o valor global da língua portuguesa, diversificando e adaptando os conteúdos para audiências específicas localizadas nos países falantes de português. Sendo um grupo baseado em Macau, esta região, integrada à República Popular da China mas com um estatuto administrativo especial, passaria a ser um interface de ligação com os restantes PALOP<sup>10</sup>. O plano implica uma atenção redobrada ao Brasil, o gigante econômico e cultural deste grupo de países.

A cobertura jornalística do *impeachment* que levou à destituição da presidente Dilma Rousseff, que analisaremos em seguida, ocorre neste pré-cenário, numa altura em que as negociações com o grupo KNJ já estavam em curso, havia rumores sobre a passagem para o digital e o jornal tentava, esforçadamente, sobreviver a vários traumas recentes, incluindo duas demissões coletivas, a última das quais em 2014, que deixaram a redação reduzida a cerca de 50 jornalistas. A direção era, na altura, encabeçada por um diretor (Paulo Baldaia), um adjunto e dois subdiretores. O DN sempre foi um jornal com uma forte vocação noticiosa e informativa, e algumas aproximações políticas recentes (um pouco erráticas, à esquerda e à direita) nunca foram assumidas e não chegaram a comprometer uma prática jornalística que podemos classificar como independente e rigorosa.

## **A destituição: uma história complicada em vários atos**

A cobertura jornalística do processo que levou ao afastamento da presidente apresenta vários desafios jornalísticos. Trata-se de uma história

---

<sup>10</sup> Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

com um epílogo relativamente curto, ocorrido entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro de 2006, que preenchem o centro da nossa análise, mas com uma distensão no tempo bem superior. O pedido de *impeachment* foi protocolado no Senado Federal em setembro de 2015 e em 31 de agosto de 2016 foi o último dia do julgamento final de Dilma Rousseff, cuja votação determinou sua destituição do mais alto cargo da nação. É difícil manter um tema na pauta durante um período tão prolongado, sobretudo se é um assunto internacional.

A cobertura do DN construiu a sua própria cronologia dos eventos, concentrando a atenção em momentos-chave. O relato destas fases movimenta uma enorme complexidade cognitiva, pois trata-se de tornar inteligível para os leitores portugueses, não familiarizados com os detalhes da política brasileira, um sistema parlamentar e constitucional diferente, vários personagens principais (para além de Dilma Rousseff, Eduardo Cunha, Michel Temer, o juiz Ricardo Lewandowsky, Aécio Neves e muitas outras figuras secundárias) e uma complicada história de ligações e traições entre partidos (PT, PSBD, PMDB).

Face a estas dificuldades o jornal adotou uma postura pedagógica e explicativa, com muitos elementos contextuais, e recorreu a vários gêneros jornalísticos. Dominam os artigos informativos, mas também existem entrevistas a opositores e apoiantes e um único gênero opinativo (uma crônica), publicada no dia 28 de agosto, assinada pelo jornalista que assegura a integralidade da cobertura - trata-se de João Almeida Moreira, correspondente do *Diário de Notícias* no Brasil.

Totalmente ausentes desta cobertura estão os cidadãos residentes em ambos os países. Apesar da forte presença de brasileiros em Portugal este é um tratamento orientado para leitores portugueses, que não humaniza o tema buscando seus impactos na vida das pessoas. É também expressiva a proximidade com os enquadramentos fornecidos pelos principais jornais brasileiros (*O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*), várias vezes citados nos seus prognósticos sobre qual seria o sentido de voto dos 81 senadores.

No dia 29 de agosto, apelidado de "Dia D" do julgamento final de Dilma, é dito no título que o seu depoimento "vai apelar ao coração dos senadores" com um discurso "autoral" inspirado em textos do ex-presidente Getúlio Vargas e apoiado por uma "claque" liderada por Luiz Inácio Lula da Silva e 18 ex-ministros presentes nas galerias. Apesar das emoções convocadas para o texto, descrevendo a sessão como um momento decisivo para o qual Dilma vem se preparando "trabalhando 10

a 12 horas por dia”, o suspense é falso, pois o jornalista, subscrevendo as apostas da imprensa brasileira, apresenta a derrota como “uma quase inevitabilidade”.

O texto é acompanhado de uma fotografia de Dilma Rousseff passeando de bicicleta junto ao Palácio da Alvorada, mas sem as leituras conotativas que a imprensa brasileira explorou, atribuindo à imagem uma dupla associação com a acusação das “pedaladas fiscais” que estiveram na base do seu afastamento. No *Diário de Notícias*, a imagem é legendada de forma positiva, mostrando que se encontra tranquila, não abdicou das suas rotinas e é saudada na rua por apoiantes.

O tratamento visual é globalmente favorável a Dilma Rousseff. No dia 1º de setembro o jornal traz manchete com uma imagem em que uma jovem mulher levanta um cartaz com a frase: “Dilma Heroína da democracia”, espécie de frase-súmula do processo, tendo por baixo declarações da própria, recolhidas no dia anterior, prometendo “lutar contra corruptos e derrotados”. Michel Temer, vice-presidente de Dilma e principal orquestrador do *impeachment*, é apresentado sem benevolência e sem qualidades positivas. No dia 2 de setembro é publicado um texto contundente em que são explicitados os enormes desafios que o aguardam, incluindo “[...] recuperar investimento, baixar desemprego, gerir base de apoio, escapar à Lava Jato e enfrentar a rua [...]”. O texto abre dizendo que “[...] não durou 100 minutos o estado de graça do presidente Michel Temer[...]”, esclarecendo, depois, os detalhes do seu desentendimento com Aécio Neves.

Apesar desses posicionamentos o tratamento jornalístico é sóbrio. É visível o descrédito de alguns políticos brasileiros, são contadas cenas de quase agressão entre senadores, mas nunca é questionada a legalidade do processo que conduziu ao *impeachment*. A palavra “golpe” só é usada duas vezes, e sempre citando Dilma Rousseff. Por outro lado, no dia 2 de setembro Michel Temer já é retratado como o novo presidente e a notícia passa a ser teor negocial de sua visita à China, no âmbito da reunião do G20.

Uma última nota sobre as questões de gênero associadas a esta cobertura. Existe uma preocupação em diversificar as vozes dos políticos ouvidos, com uma surpreendente presença de mulheres. No dia 29 de agosto é entrevistada Kátia Abreu, um “caso especial” de uma senadora eleita pelo PMDB que votou contra a destituição. A admiração política que manifesta pela presidente é mitigada pela ideia de que se tornou sua

“confidente”, uma relação que personaliza a proximidade e acaba deslegitimando a competência profissional de Dilma. No dia 30 de agosto é noticiado o apoio de Lula na bancada do Congresso Nacional, onde decorreu a votação. Lula é referido como seu “padrinho político” e “mentor”, outro tipo de relação informal e não institucionalizada que coloca Dilma numa posição subalterna em relação a uma autoridade masculina.

## Considerações finais

O *impeachment* se constitui como um momento fascinante de constatação das teses da Análise Crítica do Discurso (ACD), postuladas por Van Dijk, Fairclough e outros teóricos. A ACD nos ensinou que as relações de poder são construídas discursivamente e que o discurso é ideológico. A linguagem é uma prática social e a relação entre interlocutores é contextualizada por relações de poder, dominação e resistência. Para a compreensão destas dinâmicas, e determinação do lugar dos falantes, é vital identificar quem controla os tópicos ou as macro estruturas semânticas. Neste caso, a intervenção de Dilma Rousseff é marcada pela ideia de derrota antecipada, pois o seu destino está traçado desde o início. Embora ela seja qualificada de forma positiva (notadamente no *Diário de Notícias*), como uma lutadora, todos os seus gestos são ritualizados e encenados como pertencendo a uma condenada à morte que, apesar de inocente, se oferece em sacrifício. No limite, ela é impotente perante um sistema transcendente e organizado para a derrubar.

Com este trabalho foi possível identificar o campo da ideologia midiática nas diversas facetas que o discurso apresenta enquanto espaço de construção de sentidos. O agendamento temático que decorreu desse mecanismo terminou por ser o dispositivo gradual de um debate público suscitado pela mídia que, neste ensejo, ocasionou uma situação que se delonga ainda hoje como respingo político na esfera da representação simbólica da população, em cujo contexto o principal protagonista dessa história – o Partido dos Trabalhadores – sai com uma imagem desgastada de considerações antecipatórias que refundam a opinião pública. A *Folha de S. Paulo* e o *Diário de Notícias* são casos paradigmáticos dessa conjuntura por apresentarem a questão do *impeachment* como um *frame* discursivo em dois cenários midiáticos distintos e, por decorrência, um elemento que nos possibilitou enxergar o episódio sob as diretrizes da ideologia e do poder.



## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, Ano 152, Edição nº 53.822, 28 ago. 2016.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, Ano 152, Edição nº 53.823, 29 ago. 2016.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, Ano 152, Edição nº 53.824, 30 ago. 2016.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, Ano 152, Edição nº 53.826, 1 set. 2016.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, Ano 152, Edição nº 53.827, 2 set. 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Essex: Pearson Education Limited, 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Ano 96, Edição nº 31.925, 29 ago. 2016, p. A-5.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Ano 96, Edição nº 31.926, 30 ago. 2016, p. A-11.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Ano 96, Edição nº 31.927, 31 ago. 2016, p. A-4.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Ano 96, Edição nº 31.928, 1 set. 2016.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Ano 96, Edição nº 31.929, 2 set. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARX, Karl. Prefácio da "Contribuição à crítica da economia política". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- PEDRO, Emília Ribeiro. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2004.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, Notícia e Ideologia**. Estudos na análise crítica do discurso. Braga: Edições Húmus; CECS; Universidade do Minho, 2005

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

